



Propaganda, Opinião Pública e a construção do consenso e do consentimento na Ditadura Civil-Militar

Raphael Oliveira

“A gente está fazendo uma novela às 11 horas, que é a ‘Os dias eram assim’, e a gente fez uma pesquisa e de todas as pessoas pesquisadas, de várias classes, de A a D, elas não tinham noção do que tinha sido a ditadura de 64”

O diretor de teledramaturgia da TV Globo, Silvio de Abreu, mencionou esta avaliação interna da emissora para criticar a desinformação de parte da população com os acontecimentos políticos – no passado ou na contemporaneidade. A crítica, em um tom de voz elevado, foi feita em um programa de auditório no domingo posterior a revelação de áudios que indicariam a anuência do então presidente Michel Temer, em maio de 2017, com esquemas de corrupção¹. A novela com pano de fundo histórico, por sua vez, já tinha passado por mudanças semanas antes².

Antes de cada capítulo, algum personagem, de forma bem didática, trazia explicações de como os dias eram entre 1964 e 1985. O didatismo chegou ao ponto da cena inaugural de um episódio ser uma professora explicando aos seus alunos o que ocorreu na noite do dia 31 de março de 64³. A audiência da obra reagiu e começou a registrar maiores índices depois da mudança.

¹ O episódio consistiu na gravação feita pelo empresário do setor alimentício Joesley Batista, com coordenação da Procuradoria Geral da República, de conversas com o presidente Michel Temer. Nos áudios, feitos em um encontro fora da agenda presidencial, Joesley comenta sobre pagamentos para silenciar políticos e não recebe represálias de Temer.

² A fala do diretor está disponibilizada aqui: <https://globoplay.globo.com/v/5884844/programa/>

³ KOGUT, Patricia. Globo inclui cenas em ‘Os dias eram assim’ para explicar o golpe militar. [on line] Disponível em: <http://kogut.oglobo.globo.com/noticias-da-tv/coluna/noticia/2017/05/globo-inclui-cena-em-os-dias-eram-assis-para-explicar-melhor-o-golpe-militar.html>



O objetivo desse artigo é discutir a construção da ignorância e do desconhecimento sobre os acontecimentos do regime militar. Se sustenta que ambas não são uma consequência posterior ou um projeto político de (des)memória. Elas estariam enraizada desde a ditadura.

Em agosto de 1975, uma pesquisa feita pelo IBOPE a pedido do Jornal do Comércio – que nunca a publicou – trazia uma série de perguntas sobre “o que pensa o brasileiro”. Entre indicadores positivos aos presidentes militares, apareceu a informação de que 76% dos 600 entrevistados nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo desconheciam o Ato Institucional nº 5 (AI-5).⁴ A medida mais autoritária do regime, segundo um quase consenso historiográfico⁵, era desconhecido por grande parte da população que vivia nos principais centros urbanos do país.

O próprio conhecimento sobre o AI-5 não quer dizer uma oposição a ele, mesmo sete anos depois de sua publicação. O levantamento mostra que entre aqueles que sabem o que foi este ato, somente 3% pedem sua suspensão imediata. A situação se repete com o movimento de distensão política: 72% afirmaram não saber o que era – enquanto isso, o então presidente Ernesto Geisel desenhava sua abertura lenta, gradual e segura. E entre aqueles que já ouviram falar sobre este possível processo, 25% acreditavam que a distensão seria o mesmo que acabar com o AI-5.

Ao mesmo tempo, o levantamento mostra que 90% dos entrevistados estavam “muito feliz” ou “feliz” e 77% achavam que o Brasil “é o melhor país do mundo”. Um clima de otimismo, como já apontara Carlos Fico⁶, que refletiu na popularidade de sua elite política e do próprio regime.

Porém, esta equação – entre um estridente patriotismo e um silêncio que desinforma – foi feita através de fatores que a sustentaram por mais tempo que

⁴ IBOPE. *O que pensa o brasileiro*. 1975. Pesquisa de opinião – Fundo Emílio Garrastazu Médici – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro.

⁵ D’Araújo, Maria Celina. *O AI-5*. [on line] Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>

⁶ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997



a permanência da própria ditadura. Neste artigo, trabalharemos como esta desinformação foi um processo político e cultural baseado em propaganda dissimulada, na censura relativa, e no projeto de integração nacional que passou pela comunicação em parceria simbiótica entre o investimento público e o capital privado, na figura da TV Globo.

Neste esforço, cada um destes pilares possui uma discussão empírica e metodológica que será apresentada – algumas vezes apenas indicada devido às limitações textuais – para que se possa conceber um processo que mesmo não sendo executado de forma centralizada e uniforme, possuiu resultados hegemônicos.

Tal efeito foi tão grande que uma sondagem requerida pelo jornal Folha de S. Paulo, em 1972⁷, mostrou – ironicamente para os futuros presidentes da República⁸ – que “nunca na história deste País, um governo obteve tão expressivo apoio popular e, também, nunca esteve tão patente no consenso de todos”. Este texto não vinha com o documento oficial da sondagem⁹. Ele foi feito em um editorial, atribuído ao jornal, que acompanhava a pesquisa de uma forma bem patriótica: uma grande bandeira do Brasil, dividida em seis partes, sendo cinco delas com os dados positivos para o governo e a última com o editorial enaltecendor.

O resultado da pesquisa e a forma como ela foi apresentada ao público já demonstram algumas das características das causas que propiciaram este clima de otimismo.

⁷ IBOPE. *O que pensa o povo paulista do terceiro governo da Revolução?* 1972. Pesquisa de opinião – Fundo Emílio Garrastazu Médici – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro.

⁸ Luiz Inácio Lula da Silva, que surgiu na política como líder sindical ainda na ditadura militar, ficou conhecido por falar repetidamente, já como presidente da República (2003-2010), a frase “nunca antes na história deste país” para anunciar realizações de seu governo.

⁹ No fundo do Médici do IHGB é possível ter acesso ao documento oficial da pesquisa, que foi entregue ao governo federal pela própria Folha de S. Paulo e ao material produzido a partir da sondagem pelo diário. Neste material é possível perceber a seleção de dados utilizada para o enaltecimento do regime militar.



A propaganda política, como a própria historiografia já apontou algumas vezes¹⁰, foi um articulador às adesões sociais que a ditadura teve. Porém, o próprio regime negava veementemente que produzia propaganda. Castelo Branco, primeiro presidente do período militar, creditava que esta prática estava diretamente relacionada ao culto personalista que anteriormente fora praticada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)¹¹. Como este novo regime buscava apagar o trabalhismo da história brasileira, não cabia deixar nenhum rastro que remetesse ao governo de Getúlio Vargas.

Porém, nada como um dia após o outro – ou um governo depois. Costa e Silva, segundo presidente do regime, passou a ser alvo de comentários jocosos e uma ala da elite política e militar começou a defender a necessidade de um “diálogo mais direto com a população”. O coronel Hernani d’Aguiar, que fez um curso de Relações Públicas na Pontífice Universidade Católica do Rio (Puc-Rio), sugeriu a criação de um órgão que trabalhasse para “favorecer a imagem do candidato [Costa e Silva] e equacionar o problema da comunicação social no Brasil”. E assim foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). Obviamente, negando até no nome a possibilidade de fazer propaganda.

Quando saiu do cargo, Hernani d’Aguiar enviou uma carta ao recém-empossado presidente Médici¹². Nela, demonstrou a dificuldade de aceitação do órgão entre seus pares mesmo meses depois de sua criação.

“A atividade do órgão que tive honra de criar, e de implantar, no nível governo, nem sempre é bem compreendido e, às vezes, chega mesmo a provocar

¹⁰ Esta bibliografia pode ser vista em: FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997; ERBOLATO, M. L. *Dicionário de propaganda e jornalismo: legislação, termos técnicos e definições de cargos e funções das agências de propaganda e do jornalismo impresso, radiofônico e de televisão*. Campinas: Papirus, 1985; MARTINS, Ricardo Constante. *Ditadura Militar e Propaganda Política: A revista Manchete durante o Governo Médici*. 1999, UFSCar.

¹¹ SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983 (Arquivo Gustavo Capanema), p. 43

¹² D’AGUIAR, Hernani. Carta ao presidente Médici. 1969. Documento pessoal. Fundo Emílio Garrastazu Médici – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro.



receios e suspeições, por manipular a área muito delicada da Opinião Pública”.

Para deixar clara as motivações da AERP, d’Aguiar complementou:

“Sua finalidade é estabelecer um clima de compreensão e de consentimento entre governantes e governados, através do levantamento dos anseios do povo, através de informação honesta e do esclarecimento correto, através das campanhas de otimismo, fundamentados em realizações e fatos concretos, através do renascimento de movimentos cívicos”

Com conceitos pouco definidos como “informação honesta” e “campanhas de otimismo” que a AERP se desenvolveu. Os limites de sua atuação sempre foram questionados¹³, mas entre os seus idealizadores existia o discurso predominante de que não se fazia propaganda e, muito menos, se cultuava lideranças políticas.

A sua estrutura também soa modesta para a repercussão que teve. Criada como uma simples assessoria com cerca de 30 pessoas, possuía órgãos assemelhados nos estados e atuava através de parcerias com o setor privado para desenvolver seus projetos. Octavio Costa, que assumiu a chefia da AERP após Hernani d’Aguiar, no governo Médici, afirmava que a assessoria “(...) foi criada envergonhadamente, no desvão de um decreto que tratava de uma reformulação no Gabinete Militar (...) pegou de susto os outros”.¹⁴

Sem um projeto explicitado e com uma estrutura simples, a AERP acabava tendo a forma das vontades de quem a liderava. O caráter

¹³ OLIVEIRA, Raphael. *Otimismo em tempos de repressão*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014, p.20.

¹⁴ Entrevista de Octavio Costa a Carlos Fico, para o livro *Reinventando o Otimismo – Acervo Pessoal do historiador*.



personalista que era combatido, já estava reproduzido em seu próprio corpo.¹⁵ Um episódio demonstra a dificuldade em manter na prática o discurso difundido.

Em 1975, já no governo Geisel, a ARP, que perdera a letra “E” para oficializar sua permanência como órgão do governo, produziu uma pequena revista de bolso, com cerca de 15 páginas, narrando os grandes feitos dos governos militares. Um destes exemplares pode ser visto no acervo pessoal do presidente Médici no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e, no seu exemplar, várias marcações feitas de caneta vermelha pelo ex-presidente. Em todas as obras feitas em seu governo, um círculo marcava a data. No tópico sobre a Polamazônica¹⁶, Médici grafa o nome de Geisel citado no documento e escreve ao lado: “Os outros programas deste fascículo não tiveram criador? Só a Polamazônica”.

Para além das disputas políticas entre Geisel e Médici, este episódio deixa claro que a vaidade podia passar por cima da convicção ideológica pelo fim do culto personalista. A escolha sobre o que se guarda e o que se preserva também evidencia esta faceta dos militares.

Dentre as centenas de pesquisas de opinião produzidas durante o período militar¹⁷, Médici guardou para si apenas duas. Uma feita durante o seu governo e perto das comemorações do Sesquicentenário da Independência¹⁸ e outra do ano de 1975, quando já não estava no poder. Esta última, como já citada, foi encomendada pela Folha de S. Paulo que produziu um material

¹⁵ Hernani d’Aguiar, no Governo Costa e Silva, Octavio Costa no Governo Médici e Toledo Camargo no Governo Geisel.

¹⁶ Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia que tinha como objetivo promover as potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em diversas áreas da Amazônia.

¹⁷ Segundo Carlos Rabaça, em entrevista ao autor, a ARP produziu, durante o governo Médici, cerca de quinze sondagens. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através de sua assessoria, afirma que nos governos militares estão cadastradas em seu acervo 349 pesquisas de diferentes institutos. Cabe ressaltar que estas possuem metodologias e recortes diferentes.

¹⁸ As comemorações do Sesquicentenário da Independência foram um dos grandes eventos de apoio ao governo e com conotação nacionalista. Para entender sobre: CORDEIRO, Janaína Martins. Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Niterói/RJ: UFF, 2012 (Tese de doutorado)



especial de divulgação cujo título era “Pesquisas é que afirmam - a figura mais popular do atual regime é o Presidente Médici”.

A exaltação ao governo, seja pelas peças de propaganda governamentais ou por iniciativas privadas, seja mencionando símbolos nacionais ou o próprio presidente, assumiu um espaço que estava disponível. Não que não houvesse críticas ao governo e seus líderes. Existiam. Mas a exaltação e o otimismo vinham de mãos dadas com a censura.

O veto a divulgação de informações que iam desde notícias até músicas populares foi sistemática e organizada durante o período militar. Porém, ao contrário do que ocorreu com a propaganda, não houve vergonha em reproduzir uma prática do DIP varguista como a censura nos governos dos generais. Para isso foi criada a Divisão de Censuras e Diversões Públicas, um órgão do Departamento da Polícia Federal que tinha subseções voltadas para a autorização ou não de produções do cinema, teatro e livros¹⁹. A censura da imprensa funcionava de forma diferente das outras, como veremos mais adiante.

Como levantou a pesquisadora Ana Marília Carneiro, mais de 95 mil filmes foram examinados sendo 209 proibidos, cerca de 13 mil peças analisadas com vetos para 157 e mais de 20 mil capítulos de novelas vistoriados. Mesmo que a proibição não tenha atingido percentuais elevados, a vigilância era sistemática, o que pode levar a ilegalidade e a autocensura²⁰. O resultado é o mesmo: blindagem das críticas e desinformação.

No caso dos jornais, a censura era prévia e cotidiana. Pela dinâmica da produção de informações em redações, os censores trabalhavam nas próprias empresas e vetavam no calor do momento o que consideravam não alinhado com o ideário dos militares. Nesta área, a legalidade que vemos da censura aos outros meios não aparece para a imprensa. Como aponta Kushnir, esta

¹⁹ FAGUNDES, Corialiano de Loyola Cabral. *Censura e Liberdade de Expressão*. São Paulo: Edital, 1975. P. 96

²⁰ CARNEIRO, Ana Marília. *Signos da Política, representações da subversões: a Divisão de Censuras de Diversões Públicas na Ditadura Militar Brasileira*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG. 2013.



função foi executada pelo Serviço de Informações do Gabinete (Sigab), um órgão que estava entre o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, porém não aparecia em nenhum organograma oficial das instituições²¹.

Por estes motivos, não há levantamento quantitativo sobre esta modalidade de censura. O que se tem é a análise de episódios pontuais que sistematizados demonstram como a ditadura militar privou a sociedade do noticiário.

Os chamados “bilhetinhos” são um destes casos, também relatados por Kushnir. No Jornal do Brasil, os jornalistas – principalmente Alberto Dines, editor-geral do diário na época – guardaram em uma espécie de livro negro os recados que os censores enviavam para os repórteres indicando o que não seria publicado. O também jornalista Elio Gaspari fez um levantamento de 74 “bilhetinhos” que tratavam de segurança nacional, no governo Geisel, e checkou a veracidade das mesmas. Com todas corretas, ficou clara a restrição de circulação de informação²².

Carlos Fico vai classificar a censura como um dos pilares que sustentou a ditadura civil-militar. Tal como fala de uma reinvenção do otimismo baseada numa propaganda já vista em suas bases com Vargas, o historiador afirma que o cerceamento as informações também constituem uma trajetória antecedente a 1964²³. Neste ponto, é importante concordar que as práticas de propaganda e censura são recorrentes na história brasileira, porém, a forma como elas se institucionalizavam é diferente. A propaganda não terá uma grande estrutura como o DIP, apesar de uma potente repercussão. A censura repetirá o modelo varguista para peças, músicas e livros, mas, no caso da imprensa, não estará dentro de um fluxograma oficial.

Essa falta de institucionalização da censura jornalística fica evidente pela falta de padronização sobre o que deveria ser censurado. Em 1983, com o

²¹ KUSHNIR, Beatriz. De Ordem Superior... Os bilhetinhos e os donos das vozes. In: GOMES, Angela de Castro. Escrita de Si e Escrita da História: a título de prólogo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.362.

²² KUSHNIR, Beatriz. Op. Cit. P. 365.

²³ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: DELGADO, Lucília. FERREIRA, Jorge. O Brasil Republicano – o tempo da ditadura. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.



processo de abertura consolidado, Hélio Fernandes, dono do jornal *Tribuna da Imprensa*, processou Médici e Geisel por ratificarem um cerceamento parcial dos veículos de comunicação como uma forma perseguição política. No documento, os advogados afirmam que os ex-presidentes foram além do previsto no AI-5 e praticaram uma “censura de qualidade”, que seria uma forma de inviabilizar pautas “interessantes e bem escritas” fazendo com que o diário passasse por um processo de precarização. O resultado disso, segundo Fernandes, foi perda de assinantes e anunciantes. A resposta dos advogados de Médici não rebateu as acusações do diretor da *Tribuna da Imprensa*. A defesa se pautou que não dá para personalizar e penalizar a figura do presidente da República, separando o que seria “a pessoa jurídica” que conduz o mandato Executivo e a pessoa física, Médici²⁴.

O processo traz alguns episódios que exemplificam esta distinção entre veículos de imprensa. A morte de Vladimir Herzog e a investigação do caso estiveram presentes nas páginas d’*O Globo* nos dias 27, 28 de outubro e 6 de dezembro de 1975 e em 10 de março de 1976. No *Jornal do Brasil*, a morte constou nas edições de 27, 28 de outubro e 20 de dezembro de 1975 e em 10 de março de 1976. Esta última data, presente em ambos, trazia a divulgação de uma nota oficial do Comandante do II Exército a respeito da morte. Nem mesmo o texto das próprias Forças Armadas pôde aparecer para os leitores da *Tribuna da Imprensa*.

O próprio presidente Médici, em entrevista não publicada para a revista *Veja*, que consta em seu acervo pessoal²⁵, afirma que o objetivo da censura era evitar mobilizações da sociedade com informações de iniciativas dos guerrilheiros. Ao ser questionado sobre o motivo de ter adotado esta prática, o ex-presidente afirma:

“Foi uma contingência. Aquela guerrilha de Xambioás (Araguaia) acabou antes que a população tomasse

²⁴ Processo da Tribuna da Imprensa contra Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. Fundo Emílio Garrastazu Médici – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro.

²⁵ VEJA. Páginas Amarelas: Entrevista Presidente Médici. Fundo Emílio Garrastazu Médici – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro



conhecimento de sua existência. Era preciso esconder as operações contra os guerrilheiros para que elas tivessem sucesso”.

E realmente os levantes no campo ganharam apenas ruídos posteriores na cidade. Juarez Brito, que combateu o regime pelo grupo VAL-Palmares, registrou na época, em carta manuscrita, que a luta midiática era desproporcional. De um lado, o Estado com cerceamentos e propaganda política. Do outro, panfletos, jornais e pichações – todas de alcance limitado²⁶.

Se o rádio está para disseminação da cultura varguista, a TV cumpre esse papel para os militares. Em 1970, a televisão estava presente em 24,11% dos lares brasileiros. Em 1980, este percentual cresce para 56,10% e, por fim, no início dos anos 90, o número já está bem próximo do rádio²⁷. Tendo em vista que o nascimento da TV foi em 1950, pode-se dizer que sua expansão se deu nos anos de chumbo, principalmente depois da criação da EMBRATEL, em 1965 – mesma data de surgimento da TV Globo.

Segundo Munhoz, a expansão da Globo pelo território brasileiro deu-se pela viabilidade de condições técnicas e pode ser apresentada em três períodos diferentes. Um primeiro, a partir de 1965, seria de um alcance territorial limitado com uma programação restrita a região de produção e algumas retransmissões. Em 1972, com o início da operação por sistema de emissoras afiliadas, ocorreu uma ampliação do alcance territorial. Por fim, em 1983, houve uma integração completa do território com transmissão via satélite para todo o Brasil²⁸. As duas últimas marcas colocam a Globo como pioneira neste processo e, nelas, já é possível perceber a necessidade de uma estrutura fornecida pelo Estado, no caso, através da EMBRATEL.

²⁶ Carta manuscrita de Juarez Brito. Fundo Emílio Garrastazu Médici – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro.

²⁷ Este levantamento foi feito com dados do IBGE pela pesquisadora Eliane Regina Munhoz, em sua dissertação de mestrado “A Rede Globo de Televisão no território brasileiro”, defendida em 2008 na Universidade de São Paulo.

²⁸ MUNHOZ, Eliane Regina. A Rede Globo de Televisão no território brasileiro. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, p. 33



A limitação técnica gerava restrições também no conteúdo. A primeira fase, delimitada por Munhoz, deixa claro isso. Programas ao vivo só podiam ser vistos através de rotas de micro-ondas de torres colocadas a cada 60 quilômetros, o que fazia seu alcance ser restrito. Após a invenção do videoteipe, nos anos 1960, emissoras do interior compravam programas de suas parceiras nas metrópoles. Era natural uma emissora passar um programa da TV Tupi, depois um da Record e, por fim, da Globo. A programação era um mosaico de compras de diferentes origens sem nenhuma regra ou fidelidade.

Para conseguir montar uma forte estrutura em um país continental como o Brasil era necessário ter um aporte financeiro muito grande, além da questão técnica estatal já mencionada. Daniel Herz afirma que a TV Globo conseguiu este conjunto através de manobras jurídicas que permitiu o recebimento ilegal, pelo artigo 160 da Constituição vigente, de remessas de capital do grupo americano Time-Life. O autor também aponta o capital político da emissora que conseguiu não ter seu caso plenamente averiguado em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Congresso Nacional, destinada a isto²⁹.

Apesar disso, o auxílio do Estado à expansão da Globo não deve ser superestimado. A própria rede montada pela EMBRATEL não foi elaborada para servir as emissoras. Como aponta Kurth, a estatal “passou a oferecer o serviço de transmissão de televisão como um produto secundário, gerado pela ociosidade da rede de micro-ondas, já montada para atender as necessidades de comunicação de voz”³⁰.

Portanto, existiu um projeto de Estado para dar uma cobertura nacional ao serviço de telefonia e, devido a falta de demanda, acabou gerando uma expansão da TV no Brasil. A expertise da Globo, segundo Munhoz, estaria em ver neste modelo uma forma de ganho de capital muito mais desenvolvida pelo setor até então³¹ - e pagando um aluguel baixo para as ondas micro-ondas fornecidas pelo Estado. Desta forma, o que estava sendo vendido não era mais

²⁹ HERZ, Daniel. A história secreta da TV Globo. São Paulo: Editora Ortiz, 1991, p. 47.

³⁰ KURTH, Estela Doris. A contribuição das afiliadas na formação das redes nacionais de televisão. Dissertação de Mestrado: Florianópolis: UFSC, 2006.

³¹ MUNHOZ, Eliane Regina. Op. Cit. P. 37.



produtos separados de uma programação, mas sim, a extensão da cobertura de uma mesma programação³². Para a Globo, isto representou um salto no número de afiliadas. Na primeira década, a emissora foi de uma única estação geradora para cinco com mais dezesseis retransmissoras e 13 afiliadas em 1975. Uma década depois, quando completou 20 anos, somaria novas 27 afiliadas³³. Era a consolidação deste novo modelo: a emissora não mais venderia seus programas, venderia sua cobertura tendo o total controle sobre sua grade de programação.

Como consumo, isto também simbolizava um novo paradigma. Em termos de integração, esta é a mais simbólica. Nesta nova lógica, quem fizesse parte da cobertura da Globo assistiria ao mesmo tempo, no Rio Grande do Norte ou no Rio Grande do Sul, o mesmo programa e teriam as mesmas informações ao mesmo tempo.

Em 1981, quando recebeu um prêmio na Itália, Roberto Marinho, dono da Rede Globo, destacou a importância do rádio e da TV na integração nacional³⁴.

“Somos um país de dimensões continentais, distribuído entre regiões distantes e distintas, ainda que indissolavelmente ligadas por uma quase milagrosa unidade nacional. A era eletrônica veio fortalecer e aprofundar essa unidade. Mais ou menos como em toda parte, o rádio e a televisão no Brasil são hoje onipresentes. Constituem um traço de união e contribuem, decisivamente, para a integração nacional”.

Vai ser nesse novo espaço que pequenos filmetes da AERP também aparecerão nos intervalos dos programas, desta vez com uma amplitude muito

³² No futuro, com um investimento também estatal da EMBRATEL, a comunicação deixaria de ser via terrestre e passaria a ser por satélite. Da mesma forma como aconteceu com a primeira modalidade, a emissora de TV pagaria para poder usar este recurso.

³³ Levantamento feito através de matérias do Jornal O Globo nas datas de comemoração do aniversário da emissora que faz parte do mesmo grupo.

³⁴ Discurso pode ser encontrado no site de memória de Roberto Marinho e neste link: <http://www.robertomarinho.com.br/mobile/vida/o-patrimonio-cultural-na-comunicacao-de-massa.htm>



maior do que as salas de cinema. Será nesse meio que a maior parcela da população brasileira verá, pela primeira vez de forma conjunta, a mesma informação nos telejornais – seletiva devido à censura da época. Foi desta forma que o Brasil se integrou para ver programas como de Amaral Netto, que explorava as belezas da Amazônia nunca vistas para quem morava no Sudeste, ou as novelas das nove que criaram um estereótipo do ser brasileiro.

Portanto, a propaganda, a censura e a integração midiática tiveram papéis fundamentais no processo de (des)memória da ditadura civil-militar. Fenômeno este, que como visto, não foi articulado a partir destas premissas, mas com os êxitos de cada uma dessas áreas constituiu um desconhecimento sobre acontecimentos que o regime considerava negativos.

A propaganda, por sua vez, assumia o discurso oficial dos militares ao mesmo tempo em que até mesmo suas notas oficiais eram censuradas por agentes do governo, como visto no caso da Tribuna da Imprensa. Esta relação de poder entre o que querem que seja dito e o que não pode ser dito ganhou difusão ainda maior com a integração midiática.

Ainda que não tenha sido um planejamento unificado, a expansão da TV Globo graças a tecnologia desenvolvida pela EMBRATEL amplificou a mensagem do regime e consolidou novos hábitos de consumo de informação.

O resultado deste processo chega até os dias atuais em um momento em que a própria emissora tem que lidar com o desconhecimento da ditadura militar entre seus espectadores e promover – dentro de sua novela – explicações didáticas sobre como foram as mais de duas décadas de governos militares. Um esforço que – consta ressaltar – não cabe somente a emissora carioca.